

-se a determinar o opositor a colocar em primeiro lugar. No caso de um opositor obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica desde logo colocado em primeiro lugar. Caso tal não se verifique, repete-se a votação depois de retirado o opositor menos votado na primeira votação. Se houver empate entre dois, ou mais, opositores na posição de menos votado, procede-se a uma votação sobre eles para desempatar, e se ainda assim o empate persistir, o presidente do júri decide qual o opositor a retirar. O processo repetir-se-á até que um opositor obtenha maioria absoluta para ficar classificado em primeiro lugar. Repete-se o mesmo processo para obter o opositor classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente até que se obtenha uma lista ordenada de todos os opositores.

Sempre que se verifique igualdade de número de votos em todos os opositores a votação, o presidente do júri tem voto de qualidade nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

4 — Audições Públicas

O júri delibera sobre a necessidade de proceder à realização de audições públicas dos candidatos admitidos, as quais, a realizarem-se, obedecem ao preceituado nos artigos 8.º, n.º 2 e 20 do Regulamento de Recrutamento, Seleção e Contratação do Pessoal Docente de Carreira do ISCTE-IUL.

VII. Constituição do Júri

O júri é presidido pela Doutora Maria João Martins Ferreira Major, Professora Associada do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e constituído pelos seguintes professores, que no entendimento do Conselho Científico do ISCTE-IUL, pertencem à área disciplinar para que é aberto o concurso.

Vogais:

Doutor Mário Gaspar Silva, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;

Doutor Orlando Manuel de Oliveira Belo, Professor Associado com Agregação da Universidade do Minho;

Doutor Ana Maria Dias Moreira, Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Nuno Manuel de Carvalho Ferreira Guimarães, Professor Catedrático do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor Ricardo Parreira de Azambuja Fonseca, Professor Associado com Agregação do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

VIII. Das listas de candidatos admitidos e excluídos bem como das listas de classificação final e ordenação dos candidatos será dado conhecimento aos interessados mediante afixação na vitrine da Unidade de Recursos Humanos do ISCTE-IUL e notificação através de endereço eletrónico.

O processo de concurso poderá ser consultado pelos candidatos na Unidade de Recursos Humanos, nos termos indicados na notificação referida no ponto anterior.

IX. Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de janeiro de 2015. — O Reitor, *Luís Antero Reto*.

208396253

Regulamento n.º 61/2015

Nos termos do disposto da alínea *s*) do ponto 1 do artigo 30.º dos Estatutos do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, publicados pelo Despacho Normativo n.º 11/2011, de 30 de junho, aprovo o Regulamento da Escola de Tecnologias e Arquitetura, que vai publicado em anexo ao presente despacho.

16 de dezembro de 2014. — O Reitor, *Luís Antero Reto*.

Regulamento da Escola de Tecnologias e Arquitetura

CAPÍTULO I

Princípios gerais e disposições comuns

Artigo 1.º

Definição

1 — A Escola de Tecnologias e Arquitetura é uma unidade descentralizada do ISCTE-IUL para a organização e gestão de atividades de ensino do primeiro, segundo e terceiro ciclos, nos termos da lei e dos Estatutos do ISCTE-IUL, nas áreas científicas das unidades orgânicas que a constituem.

2 — A Escola de Tecnologias e Arquitetura, adiante designada simplesmente por Escola, é composta pelos seguintes departamentos e unidades de investigação, que se organizam para gerir o conjunto específico de atividades de ensino acima referidas:

- a) Departamento de Arquitetura e Urbanismo;
- b) Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação;
- c) Departamento de Matemática;
- d) Unidade de Investigação ISTAR-IUL;
- e) Unidade de Investigação IT-IUL.

3 — A Escola desenvolve atividade científica e pedagógica nas áreas de Engenharia Informática, Sistemas de Informação, Engenharia de Telecomunicações, Matemática e Física, e Arquitetura e Urbanismo.

Artigo 2.º

Denominação internacional

A denominação internacional da Escola é “ISCTE-IUL School of Technology and Architecture” com o acrónimo “ISTA”.

Artigo 3.º

Transparência

1 — As atividades, atas e deliberações dos órgãos da Escola são divulgadas no sítio da Intranet do ISCTE-IUL e comunicadas, por correio eletrónico, a todos os membros das unidades orgânicas que constituem a Escola.

2 — As ordens de trabalho das reuniões dos órgãos da Escola são divulgadas antecipadamente no sítio da Intranet do ISCTE-IUL e comunicadas, por correio eletrónico, a todos os membros das unidades orgânicas que constituem a Escola.

Artigo 4.º

Relatório anual

A Escola aprova e faz publicar, através dos órgãos para o efeito competentes, um relatório anual sobre as suas atividades, dando conta, designadamente, do seguinte:

- a) Grau de cumprimento do plano anual;
- b) Realização dos objetivos estabelecidos;
- c) Evolução das admissões e da frequência dos ciclos de estudos ministrados;
- d) Graus académicos e diplomas conferidos;
- e) Empregabilidade dos seus diplomados;
- f) Indicadores de internacionalização das atividades de ensino que gere, nomeadamente o número de estudantes estrangeiros;
- g) Parcerias estabelecidas;
- h) Procedimentos de auto-avaliação e de avaliação externa e seus resultados.

CAPÍTULO II

Órgãos

Artigo 5.º

Enumeração

1 — São órgãos da Escola, o Diretor, a Comissão Científica e a Comissão Pedagógica.

2 — A Comissão Científica funciona em Plenário e em Comissão Permanente, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Mandatos

Os mandatos dos membros eleitos ou nomeados para cada órgão são de três anos, com exceção da Comissão Pedagógica, cujos mandatos têm a duração de dois anos. Não podem ser exercidos mais de dois mandatos consecutivos no mesmo órgão.

Artigo 7.º

Incompatibilidades

O exercício do cargo de Diretor da Escola é regulado pelas normas gerais sobre o exercício dos cargos de direção das unidades descentralizadas do ISCTE-IUL aprovadas pelo Reitor.

Artigo 8.º

Quórum

Os órgãos colegiais da Escola só podem reunir com a presença de pelo menos um terço dos seus membros e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

Artigo 9.º

Deliberações e votações nos órgãos colegiais

1 — As votações são nominais, salvo se envolverem a eleição ou indicação de qualquer pessoa para cargo ou órgão, caso em que são tomadas por escrutínio secreto.

2 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião.

3 — Nas votações que não sejam estatutariamente secretas, é direito de cada participante apresentar declaração de voto por escrito, a qual fica apensa à ata da reunião.

Artigo 10.º

Secretário

1 — O Diretor da Escola designa um Secretário da Escola, de entre o pessoal não docente e não investigador com funções de apoio técnico-administrativo às escolas, nos termos definidos pelo Reitor do ISCTE-IUL.

2 — As funções de Secretário da Escola podem ser exercidas em regime de acumulação.

3 — O Secretário responde, nessas funções, perante o Diretor, cabendo-lhe:

- a) Organizar o expediente dos órgãos e das reuniões, assegurando o envio dos documentos a todos os membros;
- b) Secretariar as reuniões;
- c) Elaborar as atas das reuniões;
- d) Em geral, dar todo o apoio administrativo, técnico ou outro necessário aos órgãos da Escola.

Artigo 11.º

Atas

De cada reunião dos órgãos colegiais é lavrada ata, a qual se considera exequível desde que assinada pelo Diretor da Escola e pelo Secretário da Escola, independentemente da aprovação na reunião seguinte, sendo de imediato divulgadas as deliberações dela constantes.

SECÇÃO I**Diretor**

Artigo 12.º

Atribuições

1 — Compete especialmente ao Diretor:

- a) Organizar e gerir os recursos envolvidos no funcionamento dos cursos que estão a cargo da Escola, elaborar propostas em relação aos mesmos, bem como zelar pelo bom funcionamento das atividades letivas;
- b) Organizar e gerir os serviços técnicos e administrativos da Escola;
- c) Organizar e gerir os espaços físicos e os recursos materiais alocados à Escola;
- d) Organizar e dinamizar a divulgação interna e externa dos cursos que estão a cargo da Escola e, em particular, promover a procura desses cursos;
- e) Assegurar a disponibilização e atualização, no sítio da Internet do ISCTE-IUL, de toda a informação sobre os cursos geridos pela Escola;
- f) Planear a organização e o funcionamento do ano letivo no âmbito da Escola, tendo em conta o planeamento central e as propostas dos departamentos, e ouvidas a Comissão Permanente da Comissão Científica e a Comissão Pedagógica;
- g) Definir as necessidades de recursos docentes da Escola e transmiti-las aos departamentos e unidades de investigação;
- h) Presidir, com voto de qualidade, às reuniões da Comissão Permanente da Comissão Científica, do Plenário da Comissão Científica e da Comissão Pedagógica;
- i) Nomear e exonerar os diretores dos cursos geridos pela Escola, ouvida a Comissão Permanente da Comissão Científica;
- j) Nomear e exonerar os coordenadores de ano dos cursos geridos pela Escola, ouvido o diretor do curso.

k) Elaborar o relatório anual e o plano de atividades da Escola, que devem, nomeadamente, caracterizar os recursos humanos, materiais e financeiros necessários e disponíveis e a sua utilização, ouvidas a Comissão Permanente da Comissão Científica e a Comissão Pedagógica;

l) Contribuir, no âmbito da Escola, para a elaboração do orçamento do ISCTE-IUL e gerir as verbas que lhe forem alocadas;

m) Propor, aos órgãos competentes dos departamentos, alterações aos planos de estudo dos cursos que funcionam no âmbito da Escola;

n) Propor aos órgãos competentes as vagas e propinas para cada curso que funcione no âmbito da Escola, ouvida a Comissão Pedagógica;

o) Representar externamente a Escola, promover o intercâmbio com instituições congêneres e propor aos órgãos competentes do ISCTE-IUL a celebração de convênios e de outros acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente com vista à criação de ciclos de estudos em regime de cotitulação;

p) Contribuir para o funcionamento eficaz do ISCTE-IUL promovendo a colaboração com outras unidades descentralizadas, nomeadamente com vista à criação de ciclos de estudos de âmbito interescolas;

q) Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais do ISCTE-IUL e da Escola;

r) Desempenhar as demais funções que nele forem delegadas pelo Reitor e pelo Conselho de Gestão.

2 — Compete ainda ao Diretor apresentar à Comissão Permanente da Comissão Científica da Escola propostas de:

- a) Linhas gerais de orientação da Escola para a promoção da qualidade do ensino no seu âmbito de competência;
- b) Criação, abertura, fecho e extinção de cursos que se situem no âmbito da Escola;
- c) Orientações pedagógicas e os métodos de avaliação para os cursos que funcionam no âmbito da Escola.

3 — Para efeitos de organização e gestão de atividades de ensino de terceiro ciclo e de segundo ciclo de investigação, podem as competências do Diretor da Escola ser total ou parcialmente delegadas no Diretor da unidade de investigação em cuja esfera de competências se inserem aquelas atividades.

4 — O Diretor assume ainda todas as competências resultantes das atribuições das escolas consignadas na lei e nos Estatutos que não estejam conferidas a outros órgãos da Escola no presente Regulamento.

Artigo 13.º

Nomeação

1 — O Diretor da Escola é nomeado pelo Reitor de entre os professores e investigadores de carreira e restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor e que integrem as unidades orgânicas que compõem a Escola.

2 — Cabe ao conjunto dos membros das comissões científicas das unidades orgânicas que constituem a Escola, reunidos no Plenário da Comissão Científica da Escola, a apresentação ao Reitor de propostas para Diretor da Escola, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 14.º

Substituição e exoneração do Diretor

1 — O Diretor é substituído nas suas faltas ou impedimentos por um dos subdiretores em quem ele delega.

2 — No caso de exoneração do Diretor ou seu impedimento por período superior a três meses, procede -se à nomeação de outro Diretor, nos termos do presente Regulamento, que inicia novo mandato.

3 — O Diretor só pode ser exonerado por despacho fundamentado do Reitor, ouvido o Plenário da Comissão Científica da Escola.

4 — A resignação voluntária do cargo de diretor, a qual produz efeitos após despacho do Reitor, determina a nomeação de outro diretor nos termos do presente Regulamento, que inicia novo mandato.

Artigo 15.º

Subdiretores

1 — O Diretor é coadjuvado por dois subdiretores por ele livremente nomeados e exonerados de entre os docentes doutorados dos departamentos da Escola ou dos doutorados elegíveis das unidades de investigação da Escola.

2 — Os subdiretores têm as competências que lhes forem delegadas pelo Diretor.

Artigo 16.º

Comissões de coordenação das atividades letivas

1 — O Diretor pode, ouvida a Comissão Permanente da Comissão Científica, criar comissões de coordenação das atividades letivas, para o coadjuvarem na gestão corrente de conjuntos de cursos da mesma área científica, ciclo de estudos ou tipo de diploma.

2 — Integram as comissões de coordenação das atividades letivas os coordenadores dos cursos por elas abrangidos.

3 — Os coordenadores das comissões de coordenação das atividades letivas são nomeados pelo Diretor, ouvida a Comissão Permanente da Comissão Científica.

Artigo 17.º

Conselho Consultivo

1 — O Diretor é aconselhado pelo Conselho Consultivo, o qual não tem competências deliberativas.

2 — O Conselho Consultivo é constituído por pelo menos três personalidades externas ao ISCTE -IUL de reconhecido mérito científico, profissional e cultural.

3 — Os membros do Conselho Consultivo são nomeados e exonerados pelo Diretor, ouvida a Comissão Permanente da Comissão Científica, cessando o seu mandato com a cessação do mandato daquele.

4 — O Conselho Consultivo reúne por iniciativa do Diretor, sendo por ele presidido e ouvido sobre quaisquer matérias, sempre que tal consulta seja considerada como necessária ao bom funcionamento da Escola.

SECCÃO II

Comissão Científica

Artigo 18.º

Composição

1 — A Comissão Científica é composta pelo Diretor, que preside com voto de qualidade, e pelos membros das comissões científicas das unidades orgânicas que constituem a Escola.

2 — Podem ainda participar nas reuniões da Comissão Científica, com o estatuto de observadores, representantes de outras unidades de investigação do ISCTE-IUL ou de unidades de investigação de direito privado incorporadas no âmbito do ISCTE-IUL como entidades subsidiárias, nos termos dos Estatutos, quando consideradas relevantes para o domínio de atividades da Escola.

3 — Cada unidade de investigação considerada relevante para os efeitos referidos no número anterior nomeia um representante para participar como observador nas reuniões da Comissão Científica.

4 — Compete ao Diretor da Escola propor as unidades de investigação relevantes para os efeitos referidos no número anterior e à Comissão Científica a aprovação dessa proposta.

5 — Os observadores não dispõem de poder de voto e não são contabilizados para efeitos de quórum ou de convocação de reuniões.

Artigo 19.º

Funcionamento

1 — A Comissão Científica funciona em Plenário e em Comissão Permanente, sendo esta última constituída pelo Diretor da Escola, que preside com voto de qualidade, e pelos diretores das unidades orgânicas que integram a Escola.

2 — Participam ainda na Comissão Permanente os representantes de outras unidades de investigação com o estatuto de observadores.

3 — O Diretor da Escola pode designar um vice-presidente da Comissão Científica, de entre os outros membros da Comissão Permanente da Comissão Científica, para o coadjuvar nas atividades de coordenação da Comissão.

Artigo 20.º

Atribuições

1 — Compete especialmente à Comissão Permanente da Comissão Científica:

a) Aprovar as linhas gerais de orientação da Escola para a promoção da qualidade do ensino no seu âmbito de competência, ouvidos o Plenário da Comissão Científica e a Comissão Pedagógica;

b) Aprovar as orientações pedagógicas e os métodos de avaliação para os cursos geridos pela Escola, ouvido o Conselho Pedagógico;

c) Elaborar, e propor ao Reitor, o Regulamento da Escola e as alterações ao mesmo, ouvidos o Plenário da Comissão Científica e a Comissão Pedagógica;

d) Pronunciar-se sobre a criação de comissões de coordenação das atividades letivas;

e) Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração dos coordenadores dos cursos geridos pela Escola;

f) Pronunciar-se sobre a nomeação e exoneração dos coordenadores das comissões de coordenação das atividades letivas;

g) Pronunciar-se sobre as propostas de relatório anual e de plano de atividades da Escola;

h) Pronunciar-se sobre a distribuição do serviço docente no âmbito de competência da Escola;

i) Pronunciar-se sobre o planeamento da organização e funcionamento do ano letivo no âmbito de competências da Escola;

j) Pronunciar-se sobre a criação, abertura, fecho e extinção de cursos que se situem no âmbito da Escola;

k) Pronunciar-se sobre os planos de estudo dos cursos que funcionam no âmbito da Escola;

l) Pronunciar-se sobre a atribuição de prémios aos docentes;

m) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem apresentados pelo Diretor;

n) Desempenhar as demais funções que nele forem delegadas pelo conselho científico do ISCTE-IUL.

2 — Compete especialmente ao Plenário da Comissão Científica:

a) Apresentar, ao Reitor, propostas de nomeação para Diretor da Escola, de entre os membros das unidades orgânicas que a constituem, nos termos do presente Regulamento;

b) Pronunciar-se sobre as propostas de linhas gerais de orientação da Escola para a promoção da qualidade do ensino no seu âmbito de competência;

c) Pronunciar-se sobre as propostas de alteração ao Regulamento da Escola;

d) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem apresentados pelo Diretor.

3 — Para efeitos de organização e gestão de atividades de ensino de terceiro ciclo e de segundo ciclo de investigação, podem as competências da Comissão Científica da Escola ser total ou parcialmente delegadas na Comissão Científica da unidade de investigação em cuja esfera de competências se inserem aquelas atividades.

4 — Compete ainda à Comissão Permanente da Comissão Científica a seleção das unidades de investigação representadas com o estatuto de observadores, ouvido o Plenário.

Artigo 21.º

Proposição do Diretor

1 — A proposta de Diretor a enviar ao Reitor pelo Plenário da Comissão Científica tem por base uma votação organizada de acordo com as seguintes regras:

a) O boletim de voto inclui o nome de todos os professores e investigadores de carreira e restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor e que integrem as unidades orgânicas que compõem a Escola, exceto dos que, até dois dias úteis antes da reunião do Plenário, tenham manifestado, por escrito, a sua indisponibilidade para o cargo;

b) Os docentes e investigadores elegíveis que desejem formalizar a sua candidatura devem fazê-lo até uma semana antes da data das eleições mediante apresentação do programa de ação, equipa e sua discussão em reunião do Plenário da Comissão Científica, em reunião extraordinária marcada para o efeito;

c) Cada participante no Plenário pode selecionar apenas um dos nomes constantes do boletim de voto;

d) Os nomes dos candidatos que obtenham as três melhores classificações integram a proposta a enviar ao Reitor desde que o primeiro classificado obtenha uma votação maior ou igual a 50 %, ou o conjunto dos três primeiros obtenha uma votação maior ou igual a 80 %;

e) Sempre que os resultados da votação não cumprem os requisitos especificados na alínea anterior, realiza-se uma segunda votação na qual cada participante no Plenário vota no nome de um dos candidatos que tenha obtido uma das três melhores classificações na primeira eleição;

f) Após ordenados os resultados da votação, os nomes dos candidatos que obtenham as três melhores classificações integram a proposta a enviar ao Reitor;

g) Em caso de empate, são ainda incluídos na proposta tanto nomes adicionais quantos os resultantes desse empate.

2 — Do resultado da votação é elaborada ata datada e assinada pelo Diretor cessante e pelo Secretário da Escola, a qual acompanha a proposta a enviar ao Reitor.

Artigo 22.º

Reuniões da Comissão Permanente da Comissão Científica

1 — A Comissão Permanente da Comissão Científica reúne ordinariamente uma vez em cada dois meses e extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor da Escola, por sua iniciativa ou por solicitação de um terço dos seus membros.

2 — As convocatórias das reuniões, acompanhadas da respetiva ordem de trabalhos, são enviadas aos membros da Comissão por correio eletrónico com uma antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de realização da reunião, sendo este prazo reduzido a dois dias úteis em caso de reunião extraordinária.

3 — A ordem do dia é fixada pelo Diretor da Escola, devendo este considerar a admissão de qualquer proposta de agendamento feita pelos membros da Comissão até três dias úteis antes da data da reunião.

4 — As propostas de agendamento recebidas pelo Diretor da Escola são comunicadas a todos os membros da Comissão Científica, por correio eletrónico.

Artigo 23.º

Reuniões do Plenário da Comissão Científica

1 — O Plenário da Comissão Científica reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo Diretor da Escola, por sua iniciativa ou por solicitação de um terço dos seus membros.

2 — As convocatórias das reuniões, acompanhadas da respetiva ordem de trabalhos, são enviadas por correio eletrónico com uma antecedência mínima de dez dias úteis, sendo o prazo reduzido a cinco dias úteis em caso de reunião extraordinária.

3 — A ordem do dia é fixada pelo Diretor da Escola, devendo este considerar a admissão de qualquer proposta de agendamento feita até seis dias úteis antes da data da reunião.

4 — As propostas de agendamento recebidas pelo Diretor da Escola são comunicadas a todos os membros da Comissão Científica, por correio eletrónico.

Artigo 24.º

Comparência às reuniões

1 — Os membros da Comissão Científica têm o dever de comparecer às reuniões, justificando antecipadamente, sempre que possível, eventuais faltas.

2 — O dever de comparência às reuniões prevalece sobre os outros deveres, exceto no caso de participação em reuniões dos órgãos de governo e de coordenação central do ISCTE-IUL e nos demais casos expressamente previstos na lei e nos Estatutos.

Artigo 25.º

Perda de mandato

1 — A não participação em mais de duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas constitui falta grave, para efeitos do determinado nos Estatutos, e traduz -se em perda de mandato, salvo se a Comissão Científica aceitar como justificáveis os motivos invocados.

2 — Os membros da Comissão Científica cessam o seu mandato quando perdem as condições de elegibilidade.

SECÇÃO III

Comissão Pedagógica

Artigo 26.º

Composição

1 — A Comissão Pedagógica é o órgão de coordenação dos processos de concertação entre professores e estudantes que frequentam os cursos geridos pela Escola.

2 — A Comissão Pedagógica é composta pelo Diretor da Escola, que preside com voto de qualidade, por cinco representantes dos docentes e investigadores dos departamentos que constituem a Escola e por igual número de representantes dos estudantes inscritos nos cursos que estão a cargo da Escola, eleitos nos termos do presente Regulamento.

Artigo 27.º

Vice-presidente

O Diretor da Escola pode designar um vice-presidente da Comissão Pedagógica, de entre os representantes dos docentes e investigadores na Comissão Pedagógica, para o coadjuvar nas atividades de coordenação da Comissão.

Artigo 28.º

Eleição da Comissão Pedagógica

1 — Os representantes dos docentes e investigadores dos departamentos que constituem a Escola são eleitos pela Assembleia Eleitoral dos membros dessas unidades orgânicas, de entre os membros dessa Assembleia Eleitoral, nos termos das normas do Regulamento Eleitoral do ISCTE-IUL relativas à eleição do Conselho Pedagógico, com as especificidades previstas no presente artigo.

2 — Os representantes dos docentes e investigadores referidos no número anterior são eleitos por unidade orgânica, de acordo com as seguintes regras:

- a) Um representante do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, eleito por estes;
- b) Três representantes do Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação, eleito por estes;
- c) Um representante do Departamento de Matemática, eleito por estes.

3 — Os representantes dos estudantes inscritos nos cursos que estão a cargo da Escola são eleitos pela Assembleia Eleitoral dos estudantes da Escola, de entre os membros dessa Assembleia Eleitoral, nos termos das normas do Regulamento Eleitoral do ISCTE-IUL relativas à eleição do Conselho Pedagógico, com as especificidades previstas no presente artigo.

4 — Os representantes dos estudantes referidos no número anterior são eleitos por ciclo e curso, de acordo com as seguintes regras:

- a) Dois representantes do 1.º ciclo dos alunos dos cursos com área dominante de ciências e tecnologias de informação, eleito por estes;
- b) Um representante do 2.º e 3.º ciclos dos alunos dos cursos com área dominante de ciências e tecnologias de informação, eleito por estes;
- c) Um representante do 1.º ciclo dos alunos dos cursos com área dominante de arquitetura, eleito por estes;
- d) Um representante do 2.º e 3.º ciclos dos alunos dos cursos com área dominante de arquitetura, eleito por estes.

Artigo 29.º

Atribuições

1 — Compete especialmente à Comissão Pedagógica:

- a) Propor medidas com vista à melhoria da qualidade do ensino, nomeadamente sobre a formação e atualização pedagógica dos docentes;
- b) Propor medidas para a promoção do sucesso escolar nos cursos geridos pela Escola;
- c) Propor a instituição de prémios escolares no seu âmbito de competências;
- d) Apresentar propostas de orientações pedagógicas e de métodos de avaliação para os cursos geridos pela Escola;
- e) Elaborar e apresentar, ao Conselho Pedagógico, o relatório anual da situação pedagógica da Escola;
- f) Apreciar eventuais incidentes de natureza pedagógica no âmbito de competências da Escola;
- g) Desempenhar as demais funções que nele forem delegadas pelo Conselho Pedagógico do ISCTE-IUL.

2 — Compete ainda à Comissão Pedagógica:

- a) Pronunciar-se sobre as linhas gerais de orientação da Escola para a promoção da qualidade do ensino no âmbito de competência da Escola;
- b) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre as propostas de organização e alteração dos planos dos ciclos de estudos geridos pela Escola;
- c) Pronunciar-se sobre as propostas de vagas e propinas para cada curso que funcione no âmbito da Escola;
- d) Pronunciar-se sobre o planeamento da organização e funcionamento do ano letivo no âmbito de competência da Escola;
- e) Pronunciar-se sobre as propostas de relatório anual e de plano de atividades da Escola;
- f) Pronunciar-se sobre as propostas de Regulamento da Escola e de alterações ao mesmo.
- g) Pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem apresentados pelo Diretor.

Artigo 30.º

Reuniões

1 — A Comissão Pedagógica reúne ordinariamente uma vez em cada dois meses e extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor da Escola, por sua iniciativa ou por solicitação de um terço dos seus membros.

2 — As convocatórias das reuniões, acompanhadas da respetiva ordem de trabalhos, são enviadas aos membros da Comissão por correio eletrónico com uma antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de realização da reunião, sendo este prazo reduzido a dois dias úteis em caso de reunião extraordinária.

3 — A ordem do dia é fixada pelo Diretor da Escola, devendo este considerar a admissão de qualquer proposta de agendamento feita pelos membros da Comissão até três dias úteis antes da data da reunião.

4 — As propostas de agendamento recebidas pelo Diretor da Escola são comunicadas a todos os membros da Comissão Pedagógica, por correio eletrónico.

Artigo 31.º

Perda de mandato

1 — A não participação em mais de duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas constitui falta grave, para efeitos do determinado nos Estatutos, e traduz -se em perda de mandato, salvo se a Comissão Pedagógica aceitar como justificáveis os motivos invocados.

2 — Os membros da Comissão Pedagógica cessam o seu mandato quando perdem as condições de elegibilidade.

3 — As vagas criadas na Comissão Pedagógica por perda de mandato ou renúncia não são preenchidas.

4 — Desde que as vagas criadas atinjam mais de metade do número de membros da Comissão de um determinado corpo, procede -se a novas eleições para o conjunto dos membros desse corpo na Comissão Pedagógica, nos termos do presente Regulamento.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 32.º

Norma revogatória

É revogado o Despacho n.º 10976/2010, de 15 de junho (Regulamento da Escola de Tecnologias e Arquitetura), publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 127, de 02 de julho.

Artigo 33.º

Revisão e alteração do Regulamento

1 — O Regulamento da Escola pode ser revisto:

a) Quatro anos após a data da sua publicação ou da respetiva revisão;

b) Em qualquer momento, por iniciativa do Reitor ou por decisão de dois terços dos membros da Comissão Científica da Escola em exercício efetivo de funções.

c) Sempre que haja uma alteração da composição da Escola, seja por criação de novas unidades orgânicas no seu âmbito, seja por adesão de unidade orgânica exterior à Escola.

2 — A proposta de alteração do Regulamento carece de aprovação pela maioria dos membros da Comissão Permanente da Comissão Científica da Escola em exercício efetivo de funções, depois de ouvidos o Plenário da Comissão Científica e a Comissão Pedagógica.

3 — A aprovação das propostas de alteração cabe ao Reitor.

Artigo 34.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões ao presente Regulamento são resolvidas por despacho do Diretor da Escola ou por deliberação da Comissão Permanente da Comissão Científica da Escola, consoante a natureza dos casos, sem prejuízo das disposições legais em vigor.

Artigo 35.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Reitor.

208396164

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extrato) n.º 1388/2015

Tendo a Mestre Benvinda Vieira Gomes Cachadinha, requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no Ramo de Educação, nos termos do artigo 13.º do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Doutor da Universidade Aberta, de 16 de agosto de 2010, por despacho reitoral de 12 de janeiro de 2015 são nomeados os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente: Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático da Universidade Aberta, por delegação de competências;

Vogais:

Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Catedrático (aposentado) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático da Universidade Aberta (orientador);

Doutora Maria Natália Pereira Ramos, Professora Associada da Universidade Aberta;

Doutora Maria Manuela Costa Malheiro Dias Aurélio Ferreira, Professora Associada (aposentada) da Universidade Aberta;

Doutora Maria de Fátima Goulão, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutora Maria Alice Martins da Silva Calçada Bastos, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

2015, janeiro, 12. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Célia Maria Cruz Fonseca de Matos*.

208399372

Despacho (extrato) n.º 1389/2015

Por despacho de 03 de novembro de 2014, do Reitor da Universidade e considerando as competências que lhe são conferidas, respetivamente, pela alínea n), do n.º 1 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro, e pelo n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação da republicação efetuada pelo Anexo B da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, dada a vacatura do lugar previsto no n.º 6 do artigo 56.º do Anexo ao Regulamento n.º 489/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro de 2014, designa-se em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, como chefe de divisão (dirigente intermédio de 2.º grau) da Divisão de Serviços Técnicos, a Arq.ª Teresa Duarte Teixeira, dado preencher os requisitos legais, ter o perfil profissional adequado e possuir conhecimento do setor funcional em causa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de outubro de 2014, inclusive.

Nota Curricular

Licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura — Universidade Técnica de Lisboa; Pós -Graduação em Recuperação e valorização de edifícios e conjuntos históricos, pelo Instituto Superior — U.T.L; especialização em “Regulamentação de Segurança contra incêndios em edifícios”, pelo L.N.E.C Coordenadora do Sector de Apoio Técnico na Universidade Aberta. Formação em diversas áreas, nomeadamente “Liderança e gestão de pessoas na administração pública”, “Gestão de conflitos e técnicas de negociação”, “Os desafios das TIC e a maximização de recursos na administração pública”, “Planeamento e controlo de gestão”, “Gestão por objetivos e avaliação de desempenho”, “Gestão da qualidade aplicada aos serviços públicos”, “O regime de empreitadas e obras públicas”.

2015, janeiro, 27. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Célia Maria Cruz Fonseca de Matos*.

208394439

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 70/2015

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 29 de agosto de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Mestre Carlos Filipe Marreiros da Luz, na categoria de assistente convidado, em regime de tempo parcial a 50 %,